



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**VÂNIA MARIA FRENHAN ALVES**

**FAMÍLIA & ESCOLA  
PARCERIA NECESSÁRIA PARA A EFETIVAÇÃO  
DO SUCESSO ESCOLAR**

**VÂNIA MARIA FRENHAN ALVES**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**FAMÍLIA & ESCOLA**  
**PARCERIA NECESSÁRIA PARA A EFETIVAÇÃO**  
**DO SUCESSO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**VÂNIA MARIA FRENHAN ALVES**

## **FAMÍLIA & ESCOLA PARCERIA NECESSÁRIA PARA A EFETIVAÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira- Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Vânia Maria Frenhan Alves - Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a meu marido e meus filhos Rullian e Bruno, que me apoiaram em mais esta jornada.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus, que me deu sua benção, coragem e força para superar o desafio e atingir novas conquistas. As minhas amigas da Escola CAIC pela dedicação e incentivo, as professores e coordenadores da Escola de Gestores que contribuíram para superação das dificuldades durante o curso. Sem a participação de vocês eu não teria conseguido.

“A troca de informações entre família e escola é essencial para que o educando possa integrar-se ao ambiente escolar de modo favorável e para que os pais estabeleçam com a escola um vínculo de confiança.”

Simone Helen Drumond Ischkanian.

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a apresentar os processos pelos quais a Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF - Dr. João Januário de Magalhães- CAIC, utiliza para conseguir uma real e atuante participação dos membros familiares de seus alunos no processo de elaboração das propostas pedagógicas que refletem no sucesso escolar. O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é analisar a maneira como se relacionam família e escola nesta unidade de ensino e as consequências desse comportamento frente ao desenvolvimento escolar de seus filhos. Analisando, verificando e constatando a necessidade desta parceria para que se consiga atingir o sucesso escolar. Para tanto necessita que as duas entidades caminhem juntas, sem que a escola perca seu foco e a família sua função. Escola e família se complementam, a família é a base que deve sociabilizar e estruturar enquanto que a escola é a edificação, é o espaço de aprendizagem, um espaço para ações e continuidade dos aprendizados da vida em sociedade.

**Palavras chave:** família, escola, sociedade, educação, participação.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1- O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	11
1.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA EMEF. DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	18



## INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC, tem apontado a família como parte fundamental do sucesso ou fracasso escolar. A escola sempre foi vista como um lugar que se adquire conhecimentos, porém atualmente tudo está mudado. Os papéis estão sendo invertidos. As famílias hoje desestruturadas, sem tempo de executar suas devidas funções entregam seus filhos às unidades escolares, e assim estes estão sendo educados e cuidados pela escola que também acaba trocando e aumentando suas funções.

A escola tem como função social preparar o aluno e orientá-lo a exercer suas habilidades e competências, construindo e inculcando valores, formando hábitos e visando formar um cidadão autônomo, crítico e ético. Também é papel da escola buscar uma maior aproximação com a comunidade em que está inserida, procurando assim, estreitar os laços entre as instituições Família e Escola, oportunizando aos pais ou responsáveis o acompanhamento mais direto da vida escolar de seus filhos.

Nos dias atuais a escola tem muito mais do que a função de ensinar e repassar conteúdos pré-determinados. A escola acumula a função de socializar, educar, atenuar, transformar, provocar e de facilitar os processos de aprendizagem com orientação e liberdade, mas sem descartar os limites, as normas e regras necessárias à construção desses processos.

Vivemos em uma sociedade que prega a democracia. A escola inserida nesta sociedade deve visar a gestão democrática, buscando parceria com a comunidade e com as famílias dos educandos, visando uma educação pela participação e para a participação, como no modelo de gestão proposto pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB.

Escola e família devem caminhar juntas, tendo por objetivo um mesmo ideal: cada um seguindo suas diretrizes, buscando em comum o pleno desenvolvimento dos alunos, uma complementando a outra.

Com os pais efetivamente dentro das unidades de ensino seria mais fácil entender as diversas formas de comunicação dos alunos, seus pedidos de socorros, o motivo de sua rebeldia, de seu baixo desempenho, seus gestos e atitudes e, em parceria, buscar alternativas e soluções para os possíveis problemas.

A lei 9.394/96, a LDB, em seu artigo 12, inciso VI, prevê a articulação entre família e comunidade proporcionando a integração da sociedade com a entidade escolar. Da mesma forma o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – prevê a participação da família no processo que definirá as propostas pedagógicas e serem adotadas pela: *É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais* (Capítulo IV, Art. 53. ECA). Segundo Sutter (2007), já está prescrito no ECA trazer as famílias para o convívio escolar, o que falta é concretizar esse fato. Torna-se necessário, pois, um grande envolvimento e uma conscientização par que as leis não fiquem somente no papel.

Portanto, esse trabalho tem como foco analisar os processos pelos quais a Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF – Dr. João Januário de Magalhães, localizada na Alameda dos Ipês, S/ N, no município de Alfenas, no estado de Minas Gerais, utiliza para conseguir uma real e atuante participação dos membros familiares de seus alunos no processo de elaboração das propostas pedagógicas que refletem no sucesso escolar.

## **1- O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Nos dias atuais a função da escola é muito maior do que simplesmente transmitir conteúdos didáticos: ela deve contribuir para a formação de cidadãos tal como nos é citado nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN' s – (1998). Para tanto, durante o período que a criança e/ou jovem permanecer na escola, deve lhe ser oportunizado situações que colaborem para formação de sua identidade, tornando-o mais autônomo e consciente, enfim, uma pessoa que irá exercer a cidadania.

Segundo Coser (2009), muitos pais se referem ao fato de que seus filhos não respeitam regras. Nesse sentido a escola pode, dentro de sua parceria com a família, contribuir para que valores não sejam perdidos; ideais, costumes e papéis sociais não sejam invertidos; buscando obter respostas positivas no cumprimento de regras como um todo. Pode proporcionar às crianças situações-problema e leva-las a refletir e tomar o melhor caminho; aguçar sua curiosidade e despertar seus interesses, mostrando-lhes que, na sociedade onde vivemos ela é cidadã, torna-se mais fácil obter respostas positivas no cumprimento de regras como um todo.

De acordo com Sutter (2007), essa geração é também reflexo do erro do instinto materno de se sentir culpada por ficar fora de casa o dia todo (ocupação profissional). Muitas vezes a família se sente culpada, mas acaba transferindo totalmente para a escola a responsabilidade de sociabilizar e estruturar seus filhos perante a sociedade. A escola tem missão de desenvolver integralmente seus alunos, mas sem assumir sozinha essa missão. Deve-se estabelecer parcerias entre as duas partes: Família & Escola devem se unirem e buscar um ideal comum.

E função da escola é proporcionar a seus alunos aprendizagem, desenvolvimento de habilidades e capacidades pertinentes à sua formação, para que, dessa forma, favoreça sua efetiva participação no dia a dia na

sociedade em que está inserido, pois assim, ele poderá inovar e buscar por respostas e informações que favoreçam o seu crescimento.

Na convivência diária na escola deve estar presente a solidariedade, o respeito aos colegas e às diferenças, a responsabilidade, a rejeição ao preconceito e a qualquer tipo de discriminação, compromisso e observância de regras que sempre que possível, devem ser formuladas com a participação da criança, pois, quando ela participa da formulação de regras, a probabilidade delas serem cumpridas é maior (COSER, 2009).

Em busca de um aprendizado mais efetivo na escola, além de buscar a formação cidadã do aluno, deve também ter sua visão voltada para uma gestão democrática: uma gestão voltada para a co-participação, a cooperação, embasada em disposições legais, que busque e incentive a participação familiar, tendo por objetivo a efetivação de uma educação de melhor qualidade.

Ao descentralizar o “poder” de decisão e obter uma participação efetiva das famílias dos educados, como também da comunidade, em todas as etapas de planejamento na educação escolar – seja no período de planejamento, de levantamento, execução, fiscalização ou avaliação – a instituição escolar estará esclarecendo a importância da parceria Família & Escola dentro da construção de uma educação de qualidade.

Escola e Família devem interagir, comungando dos mesmos preceitos e regras, como destaca Caetano (2002)

A escola portanto também necessita dessa relação de cooperação com a família, pois os professores precisam conhecer as dinâmicas internas e o universo sócio-cultural vivenciados pelos seus alunos, para que possam respeitá-los, compreendê-los e tenham condições de intervir no providenciar de um desenvolvimento nas expressões de sucesso e não de fracasso diagnosticado.

Essa parceria é muito importante para que se consiga obter sucesso e segurança, pois a família é a base e o porto seguro da criança. A escola

complementa a família, sendo que, o principal agente dessa complementação são os professores, como ressalta Sutter (2007).

Está surgindo uma nova visão de escola, muito diferente do que tínhamos como entendimento durante anos, que fazer escola é disciplinar, é ensinar a obedecer sem saber exatamente o porquê e engavetar os sonhos e os projetos de criança e adolescentes cheios de alegria e capazes de produzir conhecimento.

Torna-se necessário, portanto, a existência de um respeito mútuo entre as referidas instâncias: que se respeite as regras, os embasamentos teóricos e que se tenha consciência de que a aprendizagem se faz sem que deixe perder a visão do aluno como um todo: que quando se ingressa no sistema educacional das escolas, não se deixa de ser filho, irmão, amigo (SUTTER,2007).

Existe uma grande necessidade de que exista confiança, sinceridade e respeito entre Família & Escola. Deve-se trabalhar para que não se tornem meros observadores da vida das crianças, mas sim que ao construir uma equipe, possam trabalhar para que essas crianças exerçam plenamente a cidadania. A escola sozinha não conseguirá inovar e transformar a sociedade, ao passo que, ao se unir com a família, conseguirá desenvolver comunidades e aspirar melhor qualidade de vida para um futuro próximo.

## **1.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA EMEF. DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES**

Em busca do favorecimento de uma escola de qualidade, que englobe a participação e estabeleça o compromisso da família e ou responsáveis para com o melhor desempenho dos alunos, a escola vem procurando desempenhar sua função pedagógica e social.

A equipe gestora da EMEF Dr. João Januário de Magalhães procura uma aproximação com a família de seus alunos proporcionando reuniões, eventos,

palestras, atendimento individualizado e personalizado em horários adequados aos horários dos pais.

A escola não mede esforços para se comunicar com os pais, envia comunicação por escrito, cartazes, ligações e visitas domiciliares, mas ainda é moderado a presença dos pais na escola. Analisando os números percebe-se que a procura espontânea tem sido solicitada e a procura para manter um relacionamento mais direto com os professores, gestores e equipe pedagógica, com vista a participar da vida escolar de seus filhos ainda é pequena.

Um percentual de 50% dos pais somente comparece a escola após receberem um convite para participar de reunião de mestres para explanação de resultados, se a pauta da reunião for outra, esse percentual cai pela metade. Cerca de 30% somente comparece à unidade de ensino se forem convocados formalmente por correspondência assinada pela equipe diretiva, se for buscado em casa ou por intermédio de ligação pessoal do diretor. O restante procura a escola como refúgio, em busca de um auxílio para solucionar outros problemas inerentes a educação, como problemas de saúde, pedidos de cestas básicas, roupas, moradias entre outros, ou somente aparecem para matricular seus filhos, não vão levá-los ou buscá-los.

A explicação da maioria dos responsáveis pela ausência de uma participação efetiva na escola é a escassez de tempo. Trabalham muito para conseguir sustentar suas famílias e ainda tem uma jornada extra a ser cumprida em casa. Muitas vezes os assuntos e atitudes precisam ser priorizados e assuntos escolares acabam ficando para depois.

Embasado no Projeto Político Pedagógico – PPP- em busca de uma gestão democrática e participativa e a caminho de uma parceria com a família, a EMEF Dr. João Januário de Magalhães está engatinhando na medida em que procura diagnosticar problemas que possam afastar as famílias da escola, à medida que procura uma cooperação dos mesmos na investigação, análise, processo de decisão, fiscalização e execução de projetos, propostas e reflexões. O caminho está sendo percorrido, rompendo barreiras e persistindo no propósito da relação diária entre família e escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais muitos professores se sentem desmotivados e cansados, e, por conseguinte, atribuem tais sentimentos aos alunos que chegam às salas de aulas com uma postura de desrespeito, tornando as aulas por vezes monótonas e inculindo aos profissionais docentes um sentimento de ineficiência, desmotivação e desinteresse pela carreira desempenhada.

No ambiente escolar a indisciplina e a falta de limites têm aumentado e, por sua vez, muitos profissionais acabam por culpar os pais por esse comportamento. Os pais são o primeiro exemplo dado aos filhos e refletem a visão dos mesmos em suas ações perante a escola, conforme Sutter (2007).

Os pais precisam ter consciência de que servem como exemplo para seus filhos, portanto sua responsabilidade é redobrada. Os filhos usam tudo aquilo que aprendem a seu favor. Se o filho percebe o quanto seus pais discordam e criticam a escola de seu filho, este fará o mesmo e desrespeitará os professores.

Atualmente deparamo-nos com famílias adotando formações diferenciadas. Tais como: mães como chefes de família; pais com jornadas intensas de trabalho; filhos sendo criados por outros parentes ou babás; filhos administrando sua própria vida ou permanecendo o dia todo em creches ou entidades. O reflexo dessas situações, por sua vez, nos indica que muitas dessas crianças e jovens acabam por se sentirem desamparados, tendo em vista que mal se encontram com seus pais durante a noite. Toda essa situação se reflete na unidade escolar e, por isso mesmo, temos (família e escola) que estar preparados para enfrentar essa situação como informa Caetano (2002).

O fato de a família não ir bem, influencia negativamente no desenvolvimento escolar dos filhos. Tais constatações se explicitam em verbalizações como: os pais com dificuldades de aprendizagens são exatamente aqueles que não comparecem às reuniões; eu sei que as reuniões de pais nem sempre são agradáveis, mas temos que lhe contar a realidade sobre seus filhos; como o aluno pode ir bem na escola, se seu pai bebe, se sua mãe o abandonou?; eu mando lições, e pesquisas para

casa, e o menino vem me dizendo que seu pai ou sua mãe não teve tempo de ajudá-los...

São muitos os fatores que por vezes dificultam a efetivação dessa parceria tão cobiçada e necessária para o sucesso que é “Família & Escola”. Almeja-se uma participação real, atuante e dinâmica dos pais. No contexto escolar, professores confirmam, por sua vez, que necessitam dos pais para que a escola se constitua como sendo uma segunda família para as crianças e jovens, como também para que a família dê continuidade à educação ofertada pela escola, conforme salienta Caetano (2002).

Os professores pretendem que a família dê continuidade à educação oferecida na escola, principalmente auxiliando as crianças nos deveres escolares, enquanto os pais, embora cheguem a conceber a escola como “segunda família”, vivenciam a “timidez diante dos professores, o medo da reprovação dos filhos e a distância que sentem da cultura escola”.

A EMEF Dr. João Januário de Magalhães atende uma clientela que enfrenta dificuldades sociais, intelectuais, provenientes de famílias humildes, com grande número de membros e de baixo poder aquisitivo, tendo o responsável pela família de se dedicar quase que totalmente a jornada de trabalho e com baixa escolaridade, o que dificulta o acompanhamento da vida escolar de seus filhos. Muitos pais ainda enviam seus filhos para a escola para cumprir uma obrigação social, para receber ajuda do governo, por eles não terem com quem deixar os filhos ou simplesmente porque todas as crianças vão, não demonstrando assim interesse em participar da vida de seus filhos e evitando ir até a escola de seus filhos. A EMEF Dr. João Januário de Magalhães está no caminho, em busca da parceria busca conhecer e se inteirar da estrutura familiar de seus alunos, investe em diversas formas de comunicação com pais ou responsáveis, proporciona reuniões, ações e disponibiliza sua estrutura para a utilização da comunidade.

Conclui-se com essa pesquisa que a participação da família dos educandos na escola é o pilar da educação, pois transmite segurança, apoio sem que a escola perca seu foco e a família a sua função, mas esta parceria deve ser



construída de forma coesa, fundamentada, consciente e gradativa para que esta parceria renda intervenções que favoreçam o sucesso escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996.**

CAETANO, Luciana Maria. **Relação Escola e Família: uma proposta de parceria.**

[www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/arquivo/Jul Dez 03/PDF/Luciana.pdf](http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/arquivo/Jul%20Dez%2003/PDF/Luciana.pdf)

CAZELLI, Luiza Helena P. **A Importância da integração Escola-Família no Pedagógico.** [www.profissaomestre.com.br/php/vermateriaphp?cod=951](http://www.profissaomestre.com.br/php/vermateriaphp?cod=951)

COSER, Danila Secolim. **A importância da família na vida escolar de seus filhos.**

[www.neteducacao.com.br/portal\\_novo/?pg=artigo&cod=807](http://www.neteducacao.com.br/portal_novo/?pg=artigo&cod=807)

GALVÃO, Maria Cristina da Silva. **Sucesso Escolar nas Classes populares:**

[www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br)

SUTTER, Graziela. **Refletindo sobre a relação família-escola.** Publicado em 17/01/2007 em [www.webartigos.com](http://www.webartigos.com)

OTTO, Franciele; PEREIRA, Gilson R. de M. **Investigação sobre formas de acompanhamento escolar em famílias de meios populares que representam êxito escolar relativo.** [www.anped.org.br/reunioes/30ra/posteres/GT14.2809--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/posteres/GT14.2809--Int.pdf)

Anexo



**ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES -  
CAIC**

**PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA – 2013**

**ALEXANDRE FLAUSINO DA SILVA**

**JOÃO DE OLIVEIRA BATISTA**

**TELMA REGINA TOLEDO SILVA**

**VÂNIA MARIA FRENHAN ALVES**

**ALFENAS - MG**

**ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES –  
CAIC**

**PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA - 2013**

**Projeto Político Pedagógico apresentado como  
requisito necessário para conclusão das  
atividades desenvolvidas na Sala Ambiente**

**Projeto Vivencial sob orientação da Professora  
Regina A. Barros de Souza do Curso de Espe-  
cialização em Gestão Escolar da Universidade  
Federal de Minas Gerais (UFMG).**

**Alfenas, 2013**

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1- FINALIDADES DA ESCOLA .....	5
2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	6
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	7
3- CURRÍCULO.....	10
4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	14
5- PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6- RELAÇÕES DE TRABALHO.....	19
7- AVALIAÇÃO.....	21
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
9- REFERÊNCIAS.....	28



## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC, foi criada pela Lei Municipal nº 2734 de 10 de outubro de 1995. Atende aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental no período diurno e EJA - Educação de Jovens e Adultos, no período noturno. Localizada na Alameda dos Ipês nº 230, no Jardim Eunice, no município de Alfenas, MG. Telefones (35)- 3698-2130 email. [secretaria.caic@alfenas.mg.gov.br](mailto:secretaria.caic@alfenas.mg.gov.br) , [diretor.caic@alfenas.mg.gov.br](mailto:diretor.caic@alfenas.mg.gov.br). Site [www.dr-joao-j-de-magalhaes-caic.webnode.com](http://www.dr-joao-j-de-magalhaes-caic.webnode.com).

Nossa equipe conta com 90 profissionais experientes, especializados cada um na sua área de competência e que tem o bem estar e o desenvolvimento do aluno como prioridade. Nesse processo o professor é o mediador dessa interação do aluno com o conhecimento, proporcionando um mundo de informação e comunicação para que ele possa construir seu pensamento, suas aptidões e atitudes, possibilitando aprendizagens significativas.

Em sua parte física conta com salas amplas e arejadas proporcionado ao aluno conforto e bem estar. Possui sala para atendimento individual aos pais ou responsáveis. Ampla e bem equipada biblioteca, bem como laboratório de ciências e laboratório de informática. Nossos espaços externos são bastante aproveitados e utilizados por nossos alunos e a comunidade em geral.

A escola pertence ao Sistema Municipal de Ensino, com aproximadamente 600 alunos no ensino fundamental no período diurno e 100 alunos na EJA noturno. Por ser localizada na periferia da cidade, os alunos e comunidade, apesar das dificuldades que enfrentam tanto sociais quanto intelectuais valorizam muito a escola pois sabem que nela é que vão conseguir condições de um futuro melhor.

Esse PPP foi elaborado pela direção, coordenação e comunidade escolar visando o comprometimento com a formação de um cidadão crítico e inserido na sociedade com uma situação social e econômica resolvida, buscando ações que o levem a atingir objetivos que nortearão o cotidiano, vivenciado. Este PPP é voltado para a construção de um sujeito ativo, participativo e corresponsável pelo saber.

## 1-FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães tem como finalidade oferecer um ensino de qualidade, objetivando formar agentes de transformação do meio, através do trabalho escolar participativo, em articulação com a comunidade. Resgatar os valores essenciais para sobrevivência humana, tornando a escola um lugar prazeroso pelo trabalho em conjunto e conscientizando o aluno para o pleno exercício da cidadania. Enfim, a escola procura ampliar, aprofundar e construir novos conhecimentos, a fim de tornar o aluno capaz de agir com segurança e saber resolver situações do dia-a-dia.

Por isso, sabendo que a Proposta Pedagógica norteia todo o processo de ensino-aprendizagem, estamos elaborando-a com o objetivo de mostrar a realidade da escola e de seus alunos e propor mudanças.

Cabe à escola, ao elaborar a sua Proposta Pedagógica, debater os parâmetros apresentados e pensar o seu currículo e as alternativas pedagógicas para concretizá-lo.

A Escola Municipal “Dr. João Januário de Magalhães” está vivenciando este desafio. Temos como meta, a aprendizagem e tudo devem ser intencionalmente organizadas para que esse objetivo se concretize, pois seguramente as pessoas convivem no tempo-espaço escolar com o objetivo de aprender e ensinar e esta interação necessária ao processo de aprendizagem pressupõem o exercício dos alunos levantando hipóteses, redefinindo-as quando necessário, investigando sempre curiosos, interessados, perguntando e produzindo.

Com esse propósito o Corpo Docente da Escola Municipal “Dr. João Januário de Magalhães” se propõe a alcançar os seguintes objetivos:

- Possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;
- Favorecer a sondagem de aptidões, no sentido de orientar o aluno em sua opção e posterior integração na força do trabalho;
- Proporcionar iniciação técnica que permita ao educando integrar-se na comunidade como elemento produtivo ou prosseguir seus estudos;



- Manter intercâmbio comunidade-escola oportunizando a integração do aluno seu meio físico e social;
- Capacitar o aluno a situar-se dentro de um mundo dinâmico e em constante mutação sócio cultural através de preparação adequada para atuar nas diferentes situações cotidianas;
- Favorecer condições para que o aluno possa usar da liberdade com consciência e dignidade;
- Partir de práticas escolares e de modelos de gestão democrática construídos em nível local que permitam incorporar as necessidades e trabalhar sobre elas ao longo do processo, assegurando acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, conquistando assim a autonomia da escola;
- Acompanhar a frequência dos alunos, o seu rendimento e procurar recuperá-lo no momento em que sua aprendizagem se mostrar insuficiente.

## **2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A escola procura adequar o espaço interno e externo conforme os objetivos definidos na proposta, contemplando a função pedagógica da escola, a saber: desenvolvimento de habilidades e competências, atividades dirigidas, recreativas e esportivas.

Segundo Veiga (2002 p.79) diz que a escola, em geral, dispõe de dois tipos básicos de estrutura: a administrativa e a pedagógica. A estrutura administrativa compreende a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e dá sustentação à estrutura pedagógica. Um projeto Político Pedagógico que visa definir as questões de ensino-aprendizagem, de política, a metodologia e o currículo sem organização da estrutura administrativa não consegue dar conta das demandas da escola. O importante é que a escola construa o seu Projeto político Pedagógico e seu Projeto Administrativo.

### **2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A escola é composta pela seguinte estrutura administrativa: seu quadro de funcionários possui 41 professores P1, no período diurno, 10 professores P2 no período noturno, 03 coordenadores de turmas (supervisores), 02 orientadores e 32 funcionários de serviços gerais, para a manutenção do prédio, um diretor e um vice-diretor.

Em sua parte física estrutural conta com uma quadra coberta, duas quadras de areia, um auditório, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, uma ampla e bem equipada biblioteca, refeitório e cozinha industrial, uma sala de coordenação e supervisão, uma sala de orientação e atendimento aos pais, uma sala de direção, uma sala de professores com banheiros masculino e feminino, e 16 amplas e arejadas salas de aula. O espaço externo é bastante amplo e diversificado.

A manutenção da escola é feita pela Prefeitura Municipal e pela AUC (Associação dos Usuários do CAIC), com recursos do FNDE através dos Programas: PDDE; Educação Integral( Mais Educação); e PDE Interativo.

## **2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

Regime: A Escola Dr. João Januário de Magalhães - CAIC encontra-se organizada em regime de ciclo nos anos iniciais e Intermediário de alfabetização e de seriação nos anos finais do ensino fundamental (EJA).

Organização temporal: A organização do tempo escolar assegura o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas anuais para o ensino fundamental, assim como 100 dias letivos e 400 horas semestrais para a modalidade EJA de ensino fundamental, nos termos da legislação pertinente.

Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental

Os três primeiros anos de escolaridade, destinados a Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 31 de março do

ano em curso, terão suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de:

I- 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II- 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos ;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III- 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final desses três primeiros anos, destinados à Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos

mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

O 4º e o 5º ano, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever terão suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, sejam capazes de:

I- 4º Ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatário e contexto ;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II- 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler compreendendo o conteúdo dos textos, sejam eles informativos, literários, de comunicação ou outros gêneros.

Ao final do 4º e 5º ano, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na organização curricular dos anos iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal.

O ensino religioso, com aulas especializadas ou não, deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

A organização das turmas é feita pelos coordenadores, supervisores e professores. A enturmação é mista e é realizada considerando a idade, o ritmo de aprendizagem e outras circunstâncias relevantes para que as turmas sejam formadas o mais equilibrado possível.

Sempre que possível e necessário podem ser organizadas classes ou turmas com alunos de níveis de ensino distintos, de acordo com o grau de conhecimento.

Para as aulas práticas, em laboratórios (informática e sala de recursos) ou outras, as classes são divididas em turmas que atendam às peculiaridades dos alunos e aos recursos físicos do estabelecimento.

Em toda a Educação Básica o regime de matrícula é anual, sendo que para o ingresso no 1º ano a criança deve ter seis anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em curso.

A escola trabalha também em torno de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorecer a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento, dentre eles, os Temas Transversais.

### 3 - CURRÍCULO

Currículo são os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização.

Essas concepções refletem diferentes compromissos e posições teóricas. O que podemos afirmar, no entanto, é que as discussões curriculares envolvem os temas relativos aos conhecimentos escolares, aos procedimentos pedagógicos, às relações sociais, aos valores que a escola inculca às identidades dos (as) alunos (as). Cabe ressaltar que as discussões inevitavelmente recaem sobre questões relativas ao conhecimento, à verdade, ao poder e à identidade, com maior ou menor ênfase.

Todavia, a escola, procura centrar o currículo dentro da realidade presente na instituição. A interação é constante entre a comunidade escolar propiciando discussão entre os sujeitos comprometidos e abertos ao diálogo, tornando-se uma ferramenta essencial para a qualidade do trabalho e garantia do sucesso.

Nessa perspectiva, o processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação 1994, p. 33).

O currículo da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental na Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC abrange obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- Linguagens:

a) Língua Portuguesa;

b) Língua Estrangeira moderna;

c) Arte;

d) Educação Física;

- Matemática;

- Ciências

a) História;

b) Geografia;

- Ensino Religioso.

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, a ser complementada e por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Na parte diversificada do currículo é incluída em toda a rede municipal a Iniciação à Informática e Educação Patrimonial e Turismo por sermos de uma cidade turística e a inclusão de tal disciplina permite que resgatemossas culturas e tradições.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.
- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;

Na organização curricular dos Anos Iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

A programação curricular dos Anos Iniciais, tanto no campo da linguagem quanto no da matemática, deve ser organizado de maneira que possa gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos desde aos mais simples aos mais complexos, para que promovam simultaneamente a alfabetização e o letramento. Nessa organização os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação a Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Anos.

A Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal, através de jogos, ginástica, dança, esportes e festas.

A escola deve, ao longo de cada ano, acompanhar sistematicamente os processos de aprendizagem dos alunos, utilizando de estratégias diversas de intervenção pedagógica para sanar, de imediato, as dificuldades evidenciadas, a fim de garantir que todo aluno alcance ao final de cada ano o padrão básico de desempenho esperado.

Os conteúdos curriculares dos Anos Finais são os contidos nos Conteúdos Básicos Comuns.

O ensino da História do Brasil e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil devem assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para constituição da nação.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas, como componente curricular de todos os anos do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religioso do Brasil e vedadas qualquer formas de proselitismo.



Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental a Educação Física é ministrada por professor regente de aulas habilitado. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidos de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada, na escola é desenvolvido em forma de projetos.

A Música constitui conteúdo do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, teatro e a dança.

O desenvolvimento da educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades, através de projetos, em parceria com as Universidades do nosso município. Contamos com o apoio de profissionais de saúde que sempre fazem campanhas e palestras sobre saúde e alimentação, tais procedimentos muitas das vezes são estendidos também aos pais que são convidados a participar dos eventos.

Os planejamentos na escola são feitos de forma coletiva pelos professores com apoio da equipe pedagógica, os professores de cada série se reúnem e juntos fazem seu planejamento e traçam o plano de trabalho anual, sendo que o mesmo pode sofrer mudanças no decorrer do período. Também são definidas as datas de reuniões com pais, auditórios e apresentações.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

O meio é fruto do homem e, por isso mesmo, ele pode ser modificado ou conservado segundo a sua vontade, essa que, se educada para a cidadania, para o respeito

mútuo, para a valorização das diferenças, para o respeito ao meio ambiente, ao cuidado consigo e com o outro encontrará canais abertos para se efetivar e buscar o sucesso do processo de ensino aprendizagem e a formação de uma sociedade mais justa.

A maioria dos alunos que frequentam a instituição vem das classes populares, trazendo consigo conhecimentos, hábitos, habilidades, vivências e uma curiosidade inesgotável de entrar em contato com o mundo que desconhecem e uma necessidade afetiva de atenção e carinho. Atualmente encontram-se matriculados na instituição 521 alunos distribuídos em 28 turmas nos turnos matutino e vespertino.

As turmas são formadas por idade cronológica. Para atuar no Ensino Fundamental, o docente deverá ter a habilitação exigida na lei 9394/96.

A escola atende crianças com necessidades educacionais especiais, mas não conta com um psicopedagogo. Atendendo crianças em parceria com a APAE e sala de recursos com equipamentos necessários ao atendimento dos alunos com maiores dificuldades, acreditando-nos diversos caminhos para a aprendizagem, criando uma escola da qual todos façam parte, independentemente de seu talento, necessidade, situação socioeconômica. A escola oferece aos professores por meio de reuniões, debates, cursos e sensibilização formas de acolher os alunos com necessidades educacionais especiais, buscando assim novas propostas educacionais.

A criança quando vai à escola, espera encontrar nela um espaço no qual possa crescer, desenvolver suas habilidades, socializar, fazer descobertas, aprender, encantar, satisfazer, enfim, se tornar uma pessoa melhor e com mais oportunidades para enfrentar os desafios da vida. Sendo inegável o papel do professor como estimulador e motivador para que esta possa realizar todos os seus anseios.

O professor é para o aluno um exemplo a ser seguido. O fazer pedagógico deve estar voltado para o desenvolvimento integral do aluno. Muitos são os envolvidos neste processo: diretor, supervisor, coordenadores, professores e pais. A escola deve funcionar de maneira harmônica.

No espaço escolar é ofertada uma rotina rica e flexível, respeitando as diferenças individuais dos alunos e as características de cada turma. Oferecendo espaços ricos em aprendizagens: sala de informática, biblioteca, espaços para interação (jogos, brincadeiras), sala de recursos, entre outros.

A maneira como o professor desenvolve suas aulas é de suma importância para que ocorra o sucesso do processo de ensino – aprendizagem. É desenvolvido o trabalho

levando-se em conta todas as especificidades dos alunos, tudo é planejado antecipadamente. As atividades desenvolvidas são de acordo com a proposta pedagógica da escola e de acordo com o nível de cada turma. A avaliação é feita através da observação e registro em fichas e também através de portfólios dos alunos e da professora. As professoras trabalham também através de projetos, principalmente os projetos de leitura, escrita e que envolvam matemática.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) funciona no período noturno e possui neste momento 100 alunos matriculados e com idade acima de 15 anos, que buscam ter uma melhor formação para o trabalho e outras conquistas na vida pessoal, com a conclusão do ensino fundamental anos finais.

Esta modalidade de ensino possui uma rotatividade muito grande no número de alunos por estar dividida em períodos (1º ao 4º período), a escola se adapta as necessidades do educando, os mesmos trabalham em média acima de 6 horas diárias o que dificulta a sua permanência na escola.

Cabe ao professor que deixou os alunos em estudos complementares:

I - elaborar uma ficha diagnóstica com as dificuldades destes alunos (por conceito);

II - colaborar na elaboração do plano de estudos baseado nas dificuldades diagnosticadas e na avaliação das atividades planejadas.

Os professores, à vista das dificuldades apresentadas pelos alunos, devem elaborar um plano de estudos, orientando-os na realização de estudos dirigidos, trabalhos, pesquisas e outras atividades.

Cabe ao professor da disciplina e especialistas de educação, em conjunto com o conselho de classe, definir a melhor alternativa de atendimento ao aluno, levando em consideração a complexidade do conteúdo curricular, o nível de conhecimento do aluno, bem com outras variáveis que possam interferir em seu processo de aprendizagem.

Nos estudos complementares, o professor sempre que possível em conjunto com o Conselho de Classe, deve acompanhar o desenvolvimento do aluno, avaliando-o no processo, para fins de prosseguimento dos estudos.

Para dar reais condições ao professor e ao aluno para avaliar e reavaliar o desempenho pedagógico, as dificuldades encontradas na assimilação, transferência e aplicação dos novos conteúdos são realizadas aulas de reforço que são ministradas após cada conteúdo dado.

Visando à recuperação contínua e tentando sanar as dificuldades encontradas, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Reuniões com os professores analisando o rendimento escolar a adequando o conteúdo ao nível de dificuldades encontradas.
- Análise e reflexão junto aos professores dos conceitos e sugestão para melhoria do rendimento.
- Levantamento, na medida do possível, dos reais motivos da evasão, buscando as razões da desistência em contatos com o aluno e seus familiares.
- Discussão e sugestão de professores para os problemas mais emergentes e possíveis soluções.
- Reuniões informativas e formais junto à direção e assistência para sugestões que visem aprimorar o ensino e a aprendizagem.
- Sensibilizar os professores com o ato de ensinar, promovendo a democracia escolar.
- Escolher na sala os alunos que serão classificados como “elemento de apoio”, que serão os alunos que apresentam sucessos na aprendizagem. Esses alunos serão instruídos pelos professores para ajudar os colegas com dificuldades.
- Recuperação paralela com atividades diversificadas, trabalho individual e em grupo.
- Recuperação ao final do ano letivo em todos os conteúdos (EJA).
- O professor tem o compromisso de estar avaliando continuamente, como também de estar reforçando os conteúdos sistematicamente se for necessário.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

O Colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola.

As funções de caráter deliberativo compreendem a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvidas na escola.

As funções de caráter consultivo compreendem a emissão de pareceres, quando consultados pelo diretor ou pela comunidade escolar sobre:

- Proposta de medidas que visem à melhoria do ensino;
- Avaliação de desempenho dos profissionais da escola;
- Avaliação institucional da escola;
- Outras situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas pela escola.
- Ao colegiado, observado as normas legais e as diretrizes estabelecidas para o setor educacional e as especificidades da comunidade escolar, competente:
- Participar da elaboração, implementação e avaliação da P.P.P.
- Acompanhamento do processo de composição do quadro de pessoal.
- Acompanhar e aprovar a aplicação dos recursos financeiros da escola.

Através de uma gestão democrática a relação da escola com a comunidade é realizada com a participação dos pais e funcionários em reuniões e também formação do colegiado para tomar decisões e traçar objetivos, buscando assim um ensino de qualidade.

Com reuniões, palestras, trabalho voluntário é possível oferecer uma maior participação da comunidade, contando com uma equipe capacitada, unida e experiente, comprometida com os melhores resultados, garantindo assim um espaço de afetividade, conhecimento, crescimento físico e psico – social.

A instituição apresenta uma boa aceitação quanto às necessidades de buscar meios de “gestão participativa”, isto é feito através de motivações diversas. Apesar disto, a equipe administrativa e pedagógica da escola ainda considera pequena a participação da comunidade. A equipe ainda salienta que a comunidade precisa de um trabalho diferenciado não só por parte da escola, mas também na parte de assistência social, saúde e lazer.

Para que ocorra realmente a gestão democrática é essencial que se faça uma “leitura” detalhada da realidade do entorno da escola, e para que isso ocorra todos os profissionais da educação envolvidos devem ter competência técnica, política e humana, pois só assim poderão superar os obstáculos que possam surgir na conquista de uma escola realmente cidadã.

Portanto, vivenciar a gestão democrática nas escolas significa estar em consonância com esse momento de cidadania que reclama uma participação cada vez mais e atuante da sociedade. A participação na gestão da educação e da escola é um processo

de conquista, que ajuda a comunidade a contribuir na tomada de decisões nas escolas e também na construção de políticas educacionais.

Conforme Lima (1988, p. 22) “O conceito de participação surge geralmente associado ao conceito de democracia”. É o que todos os educadores esperam, mas ainda temos escolas muito longe desta realidade. A escola busca meios para que a participação aconteça, mas muitos pais ainda não se conscientizaram da importância da participação, na busca de uma escola pública de qualidade. O autor ainda afirma que a não participação é um ponto negativo para toda escola, destacando que todos os envolvidos na educação saem perdendo: pais, professores, alunos, etc.

Portanto, a construção de um projeto político pedagógico coletivo com a participação de toda a comunidade escolar constitui a identidade de cada escola e é, sem dúvida, o instrumento primordial que permite uma gestão democrática. Assim, a participação de professores, alunos, pais e funcionários na organização da escola, na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nas formas de administração da mesma, será tão mais efetivamente democrática. Desenvolvendo a autonomia e a criatividade na reorganização da escola para melhor propiciar a sua principal finalidade: o educar, no sentido amplo da palavra.

## **6 - RELAÇÕES DE TRABALHO**

Cuidar do ambiente de trabalho, sempre no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, é compromisso da Escola, assim como promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo.

É preciso considerar atitudes relevantes como: chamar as pessoas pelo nome, sendo cordial, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas. Quando precisar chamar atenção, que o faça de forma ponderada. Priorize o trabalho em equipe, destacando os valores e possibilidades de cada um.

Trabalhar o aprender a ser, e o aprender a conviver é também tarefa do Especialista, responsável, em conjunto com o diretor, por criar um clima educativo na escola, de harmonia e entusiasmo, clima sem o qual se torna difícil garantir sucesso dos alunos e o cumprimento das metas da escola.

Os conflitos de relação são pouco frequentes na escola, seja aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor/direção.

Quando ocorrem casos de conflitos com alunos, de preferência são resolvidos pelo professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pela Especialista e pela Diretora.

Precede às medidas disciplinares aos discentes:

- Discutir os valores sociais com os alunos, sensibilizando-o para a solidariedade e o espírito de grupo, que devem nortear a convivência em sociedade;
- Estimular a auto avaliação do aluno acerca de seu comportamento;
- Prestar esclarecimentos ao aluno sobre as consequências da indisciplina na aprendizagem;
- Promover orientação ao aluno quanto à possibilidade de mudança de postura, com intuito de elevar sua estima.

A família é comunicada por bilhete de solicitação de comparecimento a escola, arquivado com a assinatura do responsável. Conflitos graves que excederem essas medidas são buscados auxílios no Conselho Tutelar.

Conflitos com professores e funcionários, são preferencialmente resolvidos na escola, através de um diálogo transparente, registrado em ata.

É fundamental a participação da família no processo de aprendizagem. Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela escola e atendendo a solicitação quando se fizer necessário.

O envolvimento da família com a escola e os professores é um processo ainda a desejar, uma vez que muitos pais ainda não interessam pelo processo ensino aprendizagem dos seus filhos.

## **7. AVALIAÇÃO**

A avaliação escolar é um instrumento essencial no processo de ensino, que através da verificação dos resultados obtidos, norteiam objetivos e orienta as decisões a serem tomadas em relação às atividades didáticas.

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as dimensões cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem. Deve ser

compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- O atendimento diferenciado aos alunos;
- As adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, assessorada pelos Especialistas, Equipe Gestora da Escola e Secretaria Municipal de Educação criar estratégias de organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, assim como a gestão de pessoal do corpo docente, com vistas a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, com as seguintes estratégias:

- Recuperação paralela ministrada pelo professor regente;
- Atendimento diferenciado ministrado pelo professor recuperador;
- Acompanhamento dos pais.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados dos Programas de Avaliação externa devem ser considerados no planejamento didático.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho.

A avaliação do processo de aprendizagem é baseada em objetivos educacionais definidos para cada ano, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Ao final de cada ano deve haver uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos em relação aos objetivos do ano em que se encontram, de forma a orientar o planejamento didático do ano seguinte, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem.

O processo de avaliação dos alunos é sistemático, periódico e contínuo.

Na verificação do rendimento escolar observam-se os critérios:



- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Necessidade de estudos de recuperação paralela.

Os resultados das avaliações do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental assim como da EJA são apresentados utilizando-se conceitos.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual devem participar a direção, especialistas, professores e alunos.

A avaliação do processo de aprendizagem no Ensino Fundamental deve ser contínua, diagnóstica e formadora visando o desenvolvimento global dos alunos, baseada em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

É garantido aos pais o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados bimestralmente aos pais e alunos por escrito, utilizando-se notas ou conceitos e informados sobre as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado pela escola.

A Recuperação Paralela é adotada em todos os níveis de ensino. O acompanhamento e a avaliação dos resultados dos alunos devem possibilitar:

- Replanejamento didático, visando garantir o processo de ensino e aprendizagem;
- Permanente informação ao aluno de seu desempenho em relação aos objetivos do currículo;
- Planejamento dos estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno;
- Fornecimento dos dados para auto avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os processos de avaliação aferem, preferencialmente, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, aplicação de conhecimento, as habilidades, competências e automatismo adquiridos, evitando a aferição de dados apenas memorizados.

A avaliação é usada como estratégia para obter as informações pertinentes sobre o processo de aprendizagem, realizar o diagnóstico e redirecionar os rumos da prática pedagógica, sempre que necessário.

Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima, obrigatória de 75% da carga horária total anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível que se encontra.

Participam da avaliação todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes, trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros, devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores e avaliados pelos especialistas, de acordo com o currículo.

A auto avaliação do aluno deve ser adotada por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Classe, da Direção e Especialistas da escola, para fins de redirecionamento das práticas pedagógicas quando se fizer necessário.

Cabe ao Conselho de Classe, proceder a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Na avaliação do aproveitamento do aluno do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, A, B e C, na EJA são utilizados notas.

A partir dos resultados é organizada a intervenção pedagógica, que também considera os indicadores de desempenho apontados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Eles orientam para que a instituição escolar reveja sua prática, em que patamar está sua educação; esses indicadores também permitem aos organismos responsáveis pela política educacional desenvolver mecanismos de compensação que superem gradativamente as desigualdades educacionais.

Quando a escola se organiza para construir um processo de avaliação institucional, a partir do planejamento participativo, ela une gestão e avaliação, tendo como ponto de partida o aluno e considerando todos os elementos mediadores do processo pedagógico.

Outro fator importante é a parceria entre gestor, professores, pedagogos, pais e alunos, que devem ter claros os objetivos a ser alcançado, o que pode ser conseguido pela auto avaliação, que ajuda tanto para levantar as ações individuais, como para redefinir os rumos do Projeto Político-Pedagógico.

A avaliação é um processo que não se limita ao pedagógico da sala de aula, mas atinge toda a escola. Assim, a avaliação institucional visa ao aperfeiçoamento da qualidade da educação para transformar a escola em uma instituição comprometida com a aprendizagem de todos e com a transformação da sociedade.

Por todas as razões apresentadas, a implementação do processo de avaliação escolar deve envolver toda a comunidade educativa e avaliar professores, gestores e a própria instituição escolar. E para ser completa, é preciso que ela considere e congrege os resultados da avaliação educacional, envolvendo agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade.

Para organizar e desenvolver a avaliação institucional numa perspectiva de gestão democrática deve haver participação do Conselho Escolar durante todo processo avaliativo, envolvendo também as famílias como sujeitos corresponsáveis pelo trabalho educativo. As formas de avaliação adotadas pela escola têm obtido resultados satisfatórios, pois as famílias têm participado cada vez mais no processo ensino aprendizagem dos filhos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Político-Pedagógico é um trabalho interligado com a comunidade escolar desde a sua elaboração, na qual todos participam, até a sua implementação, como forma de melhoria da educação. De acordo com a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães- CAIC pode-se perceber a presença da gestão democrática, o que permite uma extensa participação na construção e no direcionamento das ações educativas concretizadas na escola. Além de participarem das decisões relevantes da administração escolar, as famílias fazem-se presentes no cotidiano das atividades, trazendo sugestões e participando dos eventos promovidos pela escola.

O Projeto Político Pedagógico da escola socializa saberes. É político porque faz parte da esfera dos direitos e é pedagógico porque faz parte do ser na concepção do mundo e cabe à escola sistematizar e socializar cada cidadão, buscar a sua identidade, buscar a alma do povo, a forma de ver o mundo, o diálogo com as particularidades, dar espaço de criação de liberdade.

Deverá expressar qual o caminho, o eixo e a finalidade do trabalho escolar. Ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático e de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. É elaborado no sentido de planejar o que a escola tem que fazer a partir do que é possível construir, o que se pretende realizar com seus alunos, tendo em vista as necessidades da clientela, da população e das necessidades na qual a comunidade está inserida.

As mudanças, para serem efetivas, precisam ser assimiladas pela comunidade escolar, que criam e recriam o cotidiano da escola. Por isso, antes de qualquer iniciativa de mudança é preciso ter uma "escuta", ou seja, ouvir de modo qualificado todas as vozes da escola e promover mudanças quando se fizerem necessárias.

A educação está no coração da humanidade. A escola é a agência da cidadania formando cidadãos para agir, interagir e se modificar perante a sociedade. Um Projeto Político Pedagógico deve ser alterado sempre que necessário, sempre que algo que surgir não esteja contemplado no mesmo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB nº 9394/1996). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996. 29p.

\_\_\_\_\_. **Lei da educação ambiental** ( 9795/99). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e adolescente** (ECA nº 8069/1990). Brasília: Senado Federal, centro Gráfico, 1990.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 1988.

MINAS GERAIS. **Guia do Diretor Escolar**. Secretaria de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15 ed. Campinas: Papyrus Editora, 2002.



